



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

### **ATA DA REUNIÃO EXTERNA NA ESCOLA ESTADUAL CORONEL BENJAMIN GUIMARÃES ATENDENDO AO OFÍCIO PROTOCOLADO SOB O N.º 221/2023 DA LAVRA DA DIREÇÃO, NO DIA DOZE DE ABRIL DE DOIS MIL E TRÊS. (12-04-2023).**

Ao décimo segundo dia do mês de abril de dois mil e vinte e três, sexta-feira, às dezoito horas e vinte minutos, foi realizada a Reunião Externa na Escola Estadual Coronel Benjamin Guimarães atendendo ao ofício protocolado sob o N.º 221/2023, da lavra da Direção, para tratarem sobre questões de segurança do entorno da escola. **Participaram da Reunião:** os Vereadores Fernando Sampaio de Castro e Pedro Ulisses. **Registraram Presença:** Denise Almeida, Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Elvilar Inácio Mól, Subsecretária de Gestão Urbana; Janice Faustino, Câmara Municipal; Cap. Marta Guido, Secretária de Segurança Pública; Ramon Magalhães, Guarda Civil Municipal; Patrícia Gomes, Câmara Municipal; Raulofo Anderson, Fiscal de Posturas; Sandro B. F. Carneiro, Departamento Elétrico; Tiago Cristiano, Secretária de Meio Ambiente; Ten. Thiago Mota, Polícia Militar de Minas Gerais; e a comunidade da Escola Estadual Coronel Benjamin Guimarães: Alan Lima Pereira, Professor; Ana Cláudia Barreto Tavares, Pedagoga; Carolina de Sá Araújo, Diretora; Cristiano Arantes, morador; Daniel Rolim, morador; Eliana Melo, Professora; George Hamilton, representante dos pais; José João de Oliveira Jr., Professor; Nádia Arlinda Ferreira, Professora; Renato Resende Braga, Professor. **ABERTURA:** o Vereador Fernando iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e abriu a palavra para que a direção expusesse as necessidades de segurança no entorno da Escola, tanto para a mesma, quanto para a comunidade. Com a palavra, a Dir. Carolina explicou que, apesar de a Escola em si ser responsabilidade do Estado, o prédio da mesma foi cedido pela Mina de Passagem (CMP), sendo, portanto, seu entorno responsabilidade do Município e, ainda, pelo fato de a Escola se encontrar em um local relativamente isolado, sua reivindicação seria referente à melhoria da iluminação pública no entorno, havendo postes cuja iluminação é fraca ou se encontra apagada; capina regular, sendo que essa foi realizada no dia da presente reunião, porém, até o dia anterior, as plantas estavam altas, além de precisarem fazer a solicitação da capina constantemente, além da burocracia envolvida no processo, precisando enviar ofício em todas as instâncias de solicitação, o que atrasa a capina; disse ser a capina de suma importância para a segurança da comunidade, visto que animais peçonhentos se escondem na grama alta e, ainda, um aluno matou uma cobra que entrou na Escola devido a esse problema. Disse que a escola possui o curso técnico de Edificações e Ensino de Jovens Adultos (EJA), porém devido à questão de segurança, muitos prospectos não se inscrevem; além disso, é um desejo da comunidade escolar poder oferecer mais cursos técnicos no período vespertino, visto terem o espaço para tal; mais uma demanda de segurança seria a instalação de olho-vivo da Guarda Municipal, pois, mesmo que haja câmeras no entorno cuja qualidade de imagem é boa, essas não acessam todo o perímetro, tendo havido roubos na Escola, antes de ter sido instalado o sistema de alarme. O Prof. Alan disse não saber se seria de responsabilidade do Setor de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

Posturas, mas quis expor haver uma obra nas proximidades da Escola, cujos materiais se encontram em local acessível ao público, contendo uma pilha de pedras, que também seria um local de esconderijo de animais perigosos, como aranhas e cobras. A Dir. Carolina concordou e acrescentou que as pessoas passam perto dessa pilha a todo momento, obra da qual já foi furtada em momento pretérito; disse, ainda, que se deve considerar que a limpeza urbana não está sendo realizada na frente da Escola; além disso, explicou que, em relação à pavimentação, essa foi assentada na rua inteira no ano passado, exceto em frente à Escola. A Prof<sup>ª</sup>. Eliana acrescentou que não se vê esse tipo de coisa nas Escolas Estaduais da Sede, cujas fachadas estão sempre bem-cuidadas. O Sr. Cristiano colocou que as lâmpadas dos postes foram trocadas há pouco tempo por LED (*Light emitter diode*/Diôdo de emissão de luz), ao que a Prof<sup>ª</sup>. Eliana comentou sobre a frequência de raios na região, o que culmina na queima frequente de lâmpadas, ao que o Sr. Cristiano assentiu e acrescentou ser um ganho para a iluminação pública o uso de LED, a região em si continua muito escura, não tendo surtido os efeitos desejados. A Prof<sup>ª</sup>. Eliana concordou e disse ser necessário também para a segurança dos transeuntes, pois trata-se de um lugar onde é comum que o público faça caminhadas. O Sr. Cristiano disse morar no local há três anos, mas que já notou algumas diferenças no tratamento do Município para com a região; disse trabalhar como delegado de polícia há vinte e quatro anos e que, em termos de segurança pública, é necessário um ambiente que auxilie no mesmo, opinando que a região possui características propícias para o descumprimento da lei: matagal alto, local isolado e bancos que obscurem a visão, características essas que disse ver muito em campo; reiterou ser um local de caminhada, principalmente com o clima mais quente, e concorda que a segurança deve ser tratada com mais cuidado. A limpeza é sempre realizada pela Prefeitura, à qual já tentou notificar várias vezes desde o ano passado e que no mesmo dia enviaram equipe de capina e limpeza; disse que, de modo geral, o matagal atrapalha a visão para a segurança e reiterou que a obra de seu vizinho, Sr. Daniel, foi furtada duas vezes, já tendo sido pego o indivíduo responsável; reiterou a qualidade de resolução da câmera existente, mas disse necessitar do olho-vivo, vista a questão de alcance. Disse que, seja pela importância da região, pela passagem dos transeuntes, ou pela presença da Escola, a segurança precisa ser priorizada. A Sra. Patrícia disse que, em momento pretérito, a CMP deixava a iluminação ligada durante toda a noite, sendo que as pessoas faziam caminhada até em torno das dez horas da noite, ao que o Sr. Cristiano disse que isso acontecia até o antigo Gerente da Mina da Passagem falecer e, atualmente, essas luzes ficam desligadas. A Sra. Patrícia sugeriu que se instalassem holofotes a fim de iluminar todo o entorno escolar. A Prof<sup>ª</sup>. Eliana expôs que há quatro postes, até a entrada da CMP que se encontram queimados. O Sr. Cristiano disse ter entrado em contato com a Cemig várias vezes pedindo que resolvessem a questão da iluminação e disse entender que o serviço foi municipalizado, já tendo entrado em contato anteriormente, com o mesmo pedido, e expôs ter um certo receio quanto ao longo tempo de espera. O Vereador Fernando passou a palavra ao Sr. Sandro, e perguntou a ele o que poderia ser feito para resolver a questão da iluminação, ao que esse disse que primeiro explicaria o funcionamento da questão de energia elétrica, com a qual trabalha junto do Sr. Amarildo: a iluminação pública se trata de um consórcio que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

atende às cidades de Mariana, Itabirito e Ouro Preto, entre outras e, quando há um problema de iluminação em dado lugar, consta no pedido, a exemplo, “lâmpada queimada à Rua Beijamin Guimarães, em frente ao número x”, a partir do qual abre-se o chamado por aplicativo e o consórcio resolve rapidamente. O Vereador Fernando perguntou sobre o tempo de resposta que consta no contrato, ao que o Sr. Sandro respondeu que foram cinco dias; disse que, no caso da área em questão, houve uma mudança a partir de fevereiro/março, contratou-se outra empresa, de forma que essa está bastante atuante, não havendo mais demora. O Vereador Fernando disse que o que se deve fazer é: ao ser aberta uma reclamação que não seja atendida em cinco dias, que se comunique à Câmara, a fim de levar a demanda à Prefeitura, para que essa notifique a empresa, ao que o Sr. Sandro disse que pode telefonar para a Secretaria de Obras e pedir para falar consigo ou com o Sr. Amarildo, quando ocorrerem falhas na iluminação pública. O Sr. Daniel perguntou ao Sr. Sandro se esse considera suficiente a iluminação atual do local, ao que este disse ser a primeira vez que fica sabendo do problema no entorno da Escola e que, conforme dito anteriormente, houve a mudança de lâmpadas comuns para as de LED na Cidade toda, o que melhorou a iluminação de modo geral, mas em relação ao entorno da Escola, reiterou não ter recebido demanda e, ainda, para que possa anunciar um prazo para tal, seria necessário realizar um levantamento de custo e material necessário, mas prometeu que agilizaria o processo a fim de que se resolva o mais rápido o possível. O Sr. Daniel reiterou sua pergunta ao Sr. Sandro, que respondeu ser precária e questionou se a área em questão seria do início da rua até o coreto, ao que os Srs. Cristiano e Daniel afirmaram estar em torno de toda a praça e o Sr. Sandro reiterou a necessidade de levantamento antes de firmar um prazo, ao que o Vereador Fernando perguntou quanto tempo leva para o levantamento, ao que o Sr. Sandro pediu um prazo de quinze dias e a Cap. Marta concordou ser necessário um levantamento técnico. O Sr. Daniel perguntou se a nova iluminação seria instalada pelo Município ou pelo consórcio, ao que o Sr. Sandro respondeu que a iluminação pública é pela empresa, mas o que não tiver relação com essa, seria pelo Município, ao que o Vereador Fernando disse ser necessário que a Secretaria insistisse, e o Sr. Sandro disse que o apoio da Prefeitura terá. O Sr. Daniel concordou com o Prof. Alan sobre o perigo que as pedras empilhadas apresentam e disse que pediria ao dono da obra, seu vizinho, que as retirassem; acrescentou que a calçada da via está incompleta, tendo saltado a frente da escola e, ainda, opinou não fazer sentido, visto que o passeio é público e, mesmo que haja a obrigação do proprietário construí-lo, mas, a partir do momento em que a obra está completa, quem trata da pavimentação e das redes de água e esgoto é o Município; disse ter solicitado o assentamento de calçada, o que foi feito até o início de sua obra, a partir de onde, até o asfalto, não consta. Acrescentou que a calçada em questão serviria de segurança para os transeuntes, inclusive crianças, e sua falta impede a acessibilidade do local, por haver, ainda, desnível, de modo que um cadeirante ou outra pessoa com deficiência não conseguiria caminhar; disse ser necessário o assentamento do mesmo, além de instalação de guarda-corpo, visto o fluxo de trânsito, além de haver erosão na proximidade do córrego; disse ser necessário um estudo da região, do fluxo de tráfego a partir das filmagens de segurança e um estudo da bacia hidrográfica, para que não se prejudique o meio-ambiente. Disse que em época de chuvas a região inunda, ao que a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Profª. Eliana disse que a Escola também foi inundada. O Sr. Daniel reiterou a necessidade de iluminação pública, de guarda-corpo e de acessibilidade do passeio, além da regularidade do mesmo, e pediu mais rondas da Guarda Municipal, pela segurança pública. O Sr. Sandro disse que, o que dependesse da parte de elétrica e obras, estava inserido em sua demanda naquele momento, além de colocar como prioridade e pedir celeridade ao consórcio. O Vereador Fernando sugeriu que se colocasse como prazo final a resolução da iluminação pública e nova reunião para o dia dez de maio, ao que o Sr. Sandro assentiu. O Vereador Pedro quis aproveitar o momento para solicitar que se verifique também a iluminação da pista de caminhada, que possui vários postes com lâmpadas queimadas. A Profª. Eliana opinou ser necessário divulgar aos moradores o número de telefone para informar sobre as lâmpadas queimadas, pois ela mesma também não sabia. O Vereador Fernando disse que divulgaria o contato no site da Câmara. O Sr. Sandro reiterou a prioridade das ações a serem tomadas na região. O Vereador Pedro questionou qual a contribuição que o Sr. Sandro poderia dar à Secretaria de Obras, ao que o Sr. Sandro disse que levaria a demanda ao Secretário, a fim de verificar o que poderia ser feito, ao que o Sr. Cristiano disse que a ideia do guarda-corpo era interessante, com concordância do Prof. Alan. O Sr. Sandro disse que visitaria novamente com o Secretário, a fim de verificar a viabilidade do guarda-corpo, além do levantamento já mencionado. Em continuidade, o Vereador Fernando passou a palavra para a Secretária Sra. Denise, responsável pela roçada, e a Sra. Denise disse que essa explicação era referente ao código de posturas, e passou a palavra ao Sr. Rodolfo, que disse estar pedindo que as pessoas conheçam o Código de Posturas (CP), que contém informações como: a proibição de se deixar material de construção na rua, a responsabilidade de construção de passeio pelo proprietário de lotes e construções, assim como sua limpeza e conservação; disse estar tentando divulgar o CP, e pediu que a comunidade escolar acessasse o site [leismunicipais.com.br](http://leismunicipais.com.br), onde consta toda a legislação de Mariana, uma vez que se selecione a Cidade; sobre a área do entorno escolar já foi realizada a notificação, sendo que se enviam ofícios, que por sua vez vão para a pasta da Sra. Denise e o proprietário acaba não limpando; disse ter sido informado pela Sra. Patrícia sobre a necessidade de limpeza e, quando foi realizar a notificação, essa já estava sendo feita pelo Município. O Vereador Fernando disse que pelo CP, a Prefeitura pode realizar a limpeza e cobrar do proprietário, ao que o Sr. Rodolfo disse ser necessário que o proprietário regulamente sua situação e que, para que se realize a limpeza há um valor, havendo lei e regulamentação, não podendo cobrar valores aleatórios; o Vereador Fernando disse que pelo CP, passando noventa dias, o proprietário deve regulamentar, ao que a Sra. Denise apontou que deve-se regulamentar a cobrança da limpeza, com concordância do Sr. Rodolfo, que acrescentou que a lei específica de limpeza pelo Município existe há quatro anos, e o Vereador Fernando questionou o motivo de a lei estar há quatro anos sem regulamentação do valor. O Vereador Pedro disse não ter estudado essa lei, mas opinou ser essa falha, pois essa dá brechas para que os proprietários deixem de realizar a limpeza em seus lotes e terrenos por conveniência de pagar a taxa ao Município, ao que o Sr. Rodolfo explicou que as multas são altas e cumulativas: até a aprovação do novo CP, a multa era de setecentos reais, de forma que havia pessoas que preferiam deixar a limpeza para o Município e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

pagar a multa, conforme mencionado pelo Vereador, porém, atualmente, caso o proprietário não pague até o prazo estabelecido, a multa cumulativa é no valor de quatro mil reais, podendo chegar a trinta e dois mil reais. O Vereador Pedro perguntou quantas multas foram aplicadas na área central do Município de Mariana, ao que o Sr. Rodolfo disse que o CP é novo, mas que nos próximos dias aplicaria mais de trinta multas na Cidade. O Sr. Daniel perguntou do funcionamento dessas multas, ao que o Sr. Rodolfo disse que o prazo da notificação é de trinta dias e, caso o proprietário realize o pagamento por conta própria em dez dias, paga cinquenta por cento do valor; caso contrário, caso reincida, a dívida é cumulativa; mesmo que o lote não esteja mais em seu nome, a dívida se mantém. Disse que o prazo para a limpeza é de quinze dias úteis pelo novo CP, havendo grande dificuldade com o cadastro e, portanto, para encontrar os devidos proprietários de terrenos em irregularidade, de modo que precisam pedir ajuda constante para identificar esses indivíduos, além de muitos proprietários morarem fora da Cidade; o Vereador Fernando sugeriu que se divulguem as notificações de irregularidade de limpeza de terrenos no Diário Oficial, a fim de que os mesmos tenham acesso, mesmo com a dificuldade de comunicação, ao que o Sr. Rodolfo explicou que os últimos vinte diários oficiais contém um número de notificações diárias, havendo muitas outras multas a serem aplicadas e opinou que as pessoas procuraram o departamento e, caso continuem, vai acumular. O Vereador Fernando quis dar o exemplo do lote da CMP, do qual houve reclamações: por causa da entrada de seu estacionamento, o roçamento próximo à via é realizado por eles, deixando a parte de baixo crescer, de modo que devem ser notificados, pois seu dever é limpar todo o lote, não apenas uma parte. O Sr. Rodolfo disse ter uma equipe pequena, estando trabalhando na captação de novos fiscais e solicitou que as denúncias fossem realizadas para o contato: 0800-444-0010, o que ajuda também a resguardar a fiscalização, a fim de que proprietários reincidentes não os acusem de perseguição. Disse estarem realizando atualmente o levantamento de todo o Bairro Nossa Senhora Aparecida, cuja situação está precária, constando mais de cinquenta notificações no local. O Vereador Fernando sugeriu que o valor da multa seja revertido para a limpeza urbana, reforçando sua equipe, pois o valor deve voltar para onde é necessário o reforço de pessoal. O Sr. Rodolfo disse que a Sra. Raquel, em conversa consigo, havia sugerido o retorno de dez por cento do valor na fiscalização, a fim de investi-lo na estruturação do setor, ao que o Vereador Fernando opinou que deveria ser cinquenta por cento para o CP e outros cinquenta por cento para a Secretaria de Meio Ambiente (SMA), pois seu setor realizaria a notificação, mas a limpeza é realizada pela SMA. A Prof<sup>a</sup>. Eliana perguntou se o valor a ser repassado consta no CP, ao que o Vereador Fernando disse que isso deve ser regularizado, com concordância do Sr. Rodolfo, que completou reiterando a necessidade de se conhecer o CP, visto que o anterior data de mil novecentos e setenta e nove, pediu que quem fosse fazer uso de terreno que entre em contato com a fiscalização, por haver uma série de trâmites a ocorrerem no presente ano, com prazos estabelecidos. Disse estarem abertos e passou o endereço do setor, que se localiza no entorno da Praça Gomes Freire, N.º 220. O Vereador Fernando quis aproveitar o momento, em relação ao CP, explicou que esse foi aprovado no ano anterior, tendo havido mais de dez reuniões sobre o tema, tendo convidado toda a população, sendo que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

poucos compareceram; como exemplo, citou o Plano Diretor, que cita várias regras para construções, tendo convidado a todos para as discussões referentes ao mesmo e, novamente, poucas pessoas compareceram, de forma que, uma vez decididos os planos e códigos, há reclamação dos ausentes. Disse terem convidado vários engenheiros e arquitetos, cuja ausência foi sentida, uma vez que, como Vereador, não possui conhecimentos técnicos o suficiente para tomar decisões sem consulta; disse ser necessário conscientizar a população marianense a ser mais participativa nas reuniões, visto que as leis a serem decididas impactam a toda a população. Com a palavra, o Sr. Rodolfo solicitou auxílio da população em identificar proprietários de lotes e terrenos, visto terem dificuldade em encontrá-los. Com a palavra, a Sra. Denise disse que, em relação à capina, pede-se para oficializar na Prefeitura, pois pelo fato de se tratar de uma escola Estadual, não Municipal, se faz necessário um documento comprovando a solicitação, por não poder atender compulsoriamente, não só escolas estaduais, como outras instituições, de modo que a documentação serve de justificativa para o atendimento não-municipal. O Vereador Fernando perguntou à Dir. Carolina se essa consegue oficializar sempre que necessário, ao que essa assentiu e acrescentou que uma de suas demandas seria a capina regular. O Sr. Rodolfo explicou que, ao se realizar o pedido na Ouvidoria, essa passa o mesmo para si, que encaminha à SMA; disse que se deve notificar o proprietário em primeiro momento, caso contrário, o mesmo trabalho seria repetido diversas vezes, sem penalizar os infratores, precisando “cortar isso”. O Sr. Cristiano expôs uma dúvida sua: se pelo fato do prédio se tratar de uma concessão, a responsabilidade pela limpeza do entorno não seria do Município, ao que os Vereadores Fernando e Pedro e a Dir. Carolina explicou que só o prédio era concessionado, mas o entorno continua sujo, ao que o Sr. Cristiano sugeriu uma conversa com o proprietário a respeito. A Sra. Denise disse que acabam por atender à demanda, pelo fato de a Escola se tratar de um “ponto sensível”; explicou que a responsabilidade de limpeza dos distritos é da Subsecretaria de Gestão Urbana (SGU), porém havia contratos terceirizados executados pela SMA, sendo que esses estavam vencendo no ano anterior, tendo havido publicação de processo licitatório, porém, houve processos e recursos e pedidos de impugnação, tendo sido necessária a suspensão do mesmo, já tendo sido republicado os processos do presente ano, estando em fase de análise de recurso, para homologar e, tão logo se contrate a empresa, consegue-se retomar a limpeza regular; disse que, pelo fato de a SMA não ter esses contratos, a SGU não tem conseguido manter a limpeza com equipe própria; sobre as moças do projeto de inclusão, disse ter entrado em contato com a supervisora, a fim de verificar a situação. Nesse momento, chegou o Sr. Erivelton, representante da SGU, ao qual o Sr. Daniel explicou a situação dos passeios inacessíveis da região escolar, além da sugestão de implantação de guarda-corpo e drenagem de um cano estourado na região, que jorra água constantemente; o Vereador Pedro informou que sobre o cano deve ser discutido com o Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), ao que o Sr. Cristiano disse que se deve cobrar deles. O Sr. Daniel perguntou se haveria algum problema pelo ponto de vista da SMA em continuar o assentamento do passeio, ao que a Sra. Denise negou, e disse ser possível realizar um estudo pela Secretaria, a fim de se ter a certeza de não haver impacto, e opinou que a obra se justifica por questão de acessibilidade. O Sr. Erivelton



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

disse que, a partir da fala da Sra. Denise, pode-se analisar a execução, ao que a Sra. Denise explicou ser necessário que a SGU tome a iniciativa, para que a SMA autorize o trabalho, ao que o Sr. Erirelton assentiu que assim o faria e continuou, sobre o assentamento incompleto que, quem estava realizando esse trabalho era a empresa TLC, cujo trabalho opinou ser precário, existindo outras frentes que realizam o mesmo serviço, sendo possível retomar a obra. Os Vereadores Pedro e Fernando pediram que se estabelecesse um prazo para tal, e o Vereador Pedro continuou questionando se o Sr. Erirelton havia notificado a empresa de suas falhas, e se seria a mesma empresa que realizaria o trabalho novamente, ao que o Sr. Erirelton disse que a empresa continua contratada, mas não soube informar para qual frente. O Vereador Fernando questionou se seria a Secretária Adjunta de Serviços Urbanos (Sasu) a dar continuidade, com mão de obra própria, ao que o Sr. Erirelton assentiu e disse que, sobre o prazo, é necessário que realize um levantamento a fim de verificar, visto terem alta demanda no Sasu e acrescentou que responderia sobre o prazo na próxima segunda-feira, dezessete de abril. A Profª Ana Cláudia perguntou à Sra Denise sobre a possibilidade de se agendar a capina regular a cada dois meses, ao que essa negou, dizendo ser necessário que se entre com o pedido, por precisar da documentação. O Vereador Fernando sugeriu que se deve notificar a CMP sobre a necessidade de capina, pois em sua opinião fica muito cômodo para eles que a Prefeitura realize a limpeza de sua propriedade, com concordância da Sra. Denise, que acrescentou que a CMP estaria realizando um trabalho para a sociedade, enquanto instituição privada. O Vereador Fernando reiterou a necessidade de notificação da CMP, até mesmo para que essa crie laços com a sociedade civil; além disso, opinou que, já que a Escola se encontra em prédio emprestado há vários anos, o Estado deveria realizar a desapropriação do mesmo, a fim de atender à comunidade. O Sr. Daniel endereçou o Sr. Erirelton, questionando se a responsabilidade de sua pasta seria apenas assentamento de calçadas e serviços similares, ou se também realizaram contenções e afins, ao que esse respondeu que a SGU trabalha com pequenas obras, como passeio, muros de arrimo e, o que for sendo encontrado ao longo da execução de um trabalho, vai sendo realizado. A Profª. Eliana perguntou sobre qual pasta está a responsabilidade do asfaltamento, visto haver um buraco na via, ao que o Sr. Erirelton respondeu ser a Secretaria de Obras, mas que pode realizar a solicitação em nome da comunidade. O Sr. Daniel perguntou à Dir. Carolina se os carros passam muito rápido, deveria ser assentado um quebra-molas, em sua opinião, ao que essa respondeu que na porta da escola em si não é muito, mas na rodovia a situação é complicada. O Vereador Fernando disse já haver quebra-molas na rodovia, ao que a Dir. Carolina disse haver periculosidade, principalmente aos alunos mais novos, como os do sexto ano, opinando ser necessária a faixa de pedestres. O Sr. Cristiano disse que, quando se mudou para o local, percebia mais frequentemente a presença da Guarda, o que não acontece atualmente, com concordância da Profª. Eliana; o Vereador Fernando passou a palavra ao GCM Magalhães, para que esse pudesse dar os esclarecimentos sobre as questões referentes à segurança pública: ele disse recordar da época em que a Guarda estava presente próximo ao coreto, pois estava na patrulha; porém, a demanda do Departamento aumentou muito, sendo que atualmente realizam patrulhamento na zona rural, havendo “braços” da Secretaria que hoje são atendidos pela Guarda Civil, como a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Defesa Civil e, o aumento da demanda culminou na divisão dos efetivos, a fim de atender à mesma. Disse que isso não fez com que se parasse a patrulha em Passagem, e opinou sequer se tratar de Distrito, mas de um bairro da Sede, dada a sua proximidade; a instrução que repassa às suas equipes seria a da patrulha diária, porém a Secretaria conta com apenas uma viatura para toda a área da Avenida Nossa Senhora do Carmo, a Rodoviária, Passagem de Mariana e, em alguns momentos, até o Cabanas; disse que a demanda de acionamentos de Passagem é menor que em outros lugares com maior extensão, como o próprio Cabanas; reiterou que o patrulhamento ainda ocorre, mesmo que com frequência menor que em momento pretérito. Sobre a ronda escolar, disse ser um programa de outras gestões, e que este sofreu mudanças devido ao aumento da demanda, mas ainda realizam visitas às escolas, ainda que voltadas para um lado mais lúdico/educativo; disse que as viaturas foram orientadas a circular e permanecer nas áreas escolares e, mesmo que não patrulham dentro das escolas, se fazem presentes na comunidade escolar. Disse estarem em processo de concurso, a fim de aumentar o efetivo, o que, por sua vez, faz com que a Guarda consiga atender melhor às demandas. Sobre o monitoramento, disse que a câmera situada na entrada do Distrito - no trevo - queimou há cerca de cinquenta dias, com as descargas elétricas; disse que, por se tratar de uma câmera importante, por também ser a entrada da Cidade, pegar a rodovia e serve para monitoramento de furtos e afins, sua troca foi determinada por si e efetuada em seguida, estando em funcionamento e, apesar de não ter alcance até a área escolar, essa tem acesso à entrada do Distrito; além disso, foi implantada uma nova câmera em frente à igreja, na área central, a partir da qual atenderam à quatro ocorrências, entre elas um tráfico; disse ser pertinente a demanda da câmera na porta da Escola, havendo em torno de dez pedidos semelhantes, mas devido a contratos e licitações, não se conseguem a instalação imediata, porém, disse ter inserido em sua demanda e, ao regularizar os contratos, conseguem atender aos pedidos, a partir de um estudo de condicionante de risco, sendo que, quando se envolve uma escola, a Secretaria entende como prioridade. Disse ter atendido há pouco tempo uma demanda da Escola, na qual pessoas não conhecidas da comunidade escolar estavam rondando a área, sendo pessoas já identificadas e com passagem pela polícia; disse que a abordagem tem sido feita e que dão prioridade para o acionamento escolar e colocou-se à disposição para atender a qualquer chamado. Quanto ao monitoramento do reforço policial, disse que dariam atenção e que há uma licitação para a manutenção da Central, que ficou um tempo parada, devido às transições de poder na Cidade, além dos recursos apontados pela Sra. Denise, tendo sido concluída recentemente, substituirão todos os equipamentos que necessitam de manutenção, com a Cidade toda monitorada, incluindo todas as entradas de distritos e praças principais; disse ter conversado com o técnico na semana anterior, com quem confirmou a demanda de novas instalações até o fim do contrato, tendo perguntado a esse se conseguem comprar todas as câmeras para a demanda específica, o que foi assentido, de forma que, terminando de ajustar o novo contrato, atenderam à mesma. O Vereador Pedro perguntou ao GCM Magalhães, referente ao momento de atentados em escolas que o país vem sofrendo, o que tem sido ou pode ser feito a fim de intensificar o patrulhamento escolar, ao que esse respondeu que a Guarda Municipal está sempre em diálogo com os outros órgãos de segurança, como as polícias Militar e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

Civil, que possuem setor de inteligência e, de acordo as informações repassadas por esses órgãos e de acordo com a vivência que a Guarda tem com as escolas, algumas de suas estratégias foram mudadas, não havendo casos oficiais na Cidade, mas a prevenção está sendo realizada, com a patrulha diária, por exemplo. Disse que as viaturas da policlínica próxima ao Cempa, a do Cabanas e a da área central foram todas instruídas a mudarem seus posicionamentos de espera de acionamento para mais próximo das escolas dos referentes bairros, sendo que estão presentes das escolas desde sempre, com a entrada e saída de alunos nas escolas das regiões “mais quentes”, onde o fluxo de pedestres e trânsito é maior. O Vereador Pedro perguntou o que significava quando o GCM Magalhães disse não haver “casos oficiais”, ao que o Ten. Mota explicou que todas as informações que a PM recebe são apuradas pelo sistema de inteligência, de modo que o que é oficial é uma informação apurada cuja possibilidade de ocorrência é alta; assim, caso receba denúncia de ameaça de atentado em alguma escola, a inteligência entra no sistema de monitoramento, verifica os contatos dos indivíduos que divulgam a informação e, ao identificar um sujeito de interesse, verifica-se a real possibilidade dele ser um perpetrador, tornando-se assim um caso oficial e reiterou não haver em Mariana. O Vereador Pedro disse discordar com respeito, por ter estado na Escola do Alto do Rosário naquele dia, onde a diretora pegou um aluno no banheiro com um bilhete ameaçador e, dessa forma, opinou ser uma situação alarmante. O GCM Magalhães respondeu à dúvida do Vereador dizendo ter respondido a uma ocorrência em Mainart, na qual houve ameaça de violência física por parte de um aluno de tamanho avantajado para com a professora; ao chegar à escola, foi constatado ser um aluno com diversas ocorrências prévias, dentre elas a apreensão de uma arma falsa, mas que se assemelha à real; dessa maneira, quando ocorrem atentados a nível nacional, as pessoas começam a ponderar a respeito, mas ao se apurar a ocorrência, é verificável que se tratam de alunos que já vinham apresentando problemas; disse que o caso do Rosário é isolado, tendo a equipe ido à escola, assim como o responsável pelo setor educativo, de modo que foi constatado que o aluno em questão visava gerar pânico. A Cap. Marta completou, dizendo que na mesma escola houve um caso idêntico no ano anterior, assim como na Escola Dom Oscar. O GCM Magalhães disse estarem tranquilizando a comunidade escolar, no sentido de que, mesmo no momento atual, quando um aluno que geralmente não tomaria qualquer atitude violenta, poderia vir a incendiar; seu departamento está à disposição para atender a quaisquer suspeitas que possam vir a existir. O Vereador Pedro disse que o momento atual, assim como a ameaça na escola da Cidade alarma a todos, principalmente aos pais, psicologicamente; opinou que realmente deve ser dada a atenção a quaisquer suspeitas. O Ten. Mota disse que no crime se trabalham dois viés: do crime propriamente dito e da sensação de segurança; com relação ao bilhete, este afeta a sensação de segurança, abalado psicologicamente. Por outro lado, disse não haver potencialidade do crime específico acontecer; disse não negar a diminuição da sensação de segurança nas escolas, mas não há ocorrências em escolas marianenses relacionadas ao crime, isto é, sua potencialidade; de modo que não se está menosprezando a possibilidade da ocorrência, pois todas as informações são checadas. Como exemplo, o Ten. Mota mencionou um vídeo que circulava pelas redes sociais, no qual um indivíduo mascarado ameaça escolas; disse que um vídeo desse tipo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

é uma ferramenta de pânico, não uma ameaça real, por não citar nenhuma escola específica a nenhuma cidade, simplesmente citando “Escola Estadual”, termo que pode ser usado em qualquer local; outra dica de ser um vídeo falso seria o fato de o indivíduo estar em ambiente controlado, no qual não se ouvem quaisquer ruídos, similar a um estúdio, com o intuito de disseminar a insegurança nas pessoas. O GCM Magalhães acrescentou que, para o crime organizado, esse momento de alarde nacional é profícuo, pois se aproveitam da concentração da polícia nas escolas e passam a cometer crimes em outros locais menos patrulhados. A Cap. Marta disse ser pelos motivos expostos pelo Tenente e o GCM que a Defesa age de forma preventiva, por isso as ocorrências nas escolas de Mainart e do Alto do Rosário foram atendidas de prontidão; disse terem recebido na sexta-feira anterior, dia sete de abril, feriado de sexta-feira da Paixão, a demanda de reunião com as escolas particulares do Município para a segunda-feira, dia dez, com a presença da Secretaria Municipal de Educação (SME), tendo proposto várias medidas e mecanismos de resposta rápida, disse que deve-se entrar em contato pelos números 153 ou 190, pois a equipe está preparada para priorizar qualquer acionamento escolar; disse que participaria no da seguinte, dia treze, de uma reunião com a SME, assim como todas as diretorias do Município, a fim de traçar as linhas de atuação e, para complementar a parte que lhe cabia da SME, disse haver o setor educativo, que é muito atuante e, estando todo o processo esquematizado para a comunicação com as quarenta e uma escolas municipais, o coordenador do setor sofreu um acidente de moto, tendo ficado impossibilitado de estar presente, voltou à atividade presencial recentemente; disse que a presença das forças de segurança nas escolas deve ser não só nos momentos de crise, mas durante eventos e, ainda, que a convivência da segurança com a educação se faz muito importante; disse que nesse momento de alarde, o movimento deve ser de dentro da escola para a segurança, pois a comunidade escolar está mais presente nas vidas dos alunos, sabendo de seus problemas (inter)personais, o que facilita na identificação de um possível problema. A Sra. Patrícia disse que a Guarda tem o costume de estacionar a viatura no Posto Niquini e ir a pé até Passagem pela pista de caminhada, dessa maneira, sugeriu que fizessem o contrário: que se deixe a viatura em Passagem e fossem pela pista até o posto, e voltando. A Cap. Marta disse haver fatores mais inibidos na prática criminal que a presença de viatura, como boa iluminação e existência de câmeras de segurança, com concordância do Vereador Fernando. Em continuidade, a Cap. Marta disse que a Escola está numa área bem monitorada, visto terem identificado o perpetrador de furto; disse, ainda, que as escolas municipais contam com a presença da Vigilância Patrimonial, mas disse não saber o funcionamento no Estado. A Profª. Eliana disse se sentir insegura pela diminuição da frota de ônibus, ao que a Cap. Marta disse que, referente ao transporte público, o projeto Tarifa Zero (TZ) é efetuado pela Secretaria de Segurança, projeto esse já existente quando assumiu a pasta, e opinou que o transporte teria melhorias em período pós-licitação, que não acontece na Cidade há vinte anos, de modo que o TZ seria acertado após a mesma. O Vereador Fernando questionou se os ônibus não passam no horário estipulado, ao que a Profª. Eliana disse passarem, porém com frota reduzida, conforme sua percepção. O Vereador Fernando explicou já ter-se esgotado o pedido de frota adicional segundo o contrato em vigência, havendo possibilidade de aditivos com a nova licitação. O



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

Vereador Pedro complementou, dizendo que o TZ foi implementado com as linhas já existentes de meados de dois mil e quinze, não tendo sido possível implementar mais linhas para os trajetos estabelecidos, tendo sido utilizados todos os aditivos possíveis. O Vereador Fernando disse que essa demanda chegava a seu conhecimento no dia da reunião, sendo necessária discussão posterior e, ainda, que a Transcotta é paga a partir dos horários predeterminados; além disso, perguntou se havia alguém da Associação de Moradores presente, ao que o silêncio foi feito; o Vereador Fernando então, disse que esses foram convidados, mas não compareceram. A Cap. Marta disse que, sobre o posto policial que ficava próximo ao coreto, quando assumiu a Secretaria, esse funcionava mas não efetivamente e, por esse motivo foi mobilizada para atender às demandas do Cabanas, conforme citado pelo GCM Magalhães; além disso, disse que o Distrito não apontava demanda o suficiente para justificar a presença constante da Guarda, desguarnecendo bairros complexos, por isso foi mantida a articulação de rondas em Passagem de Mariana, a fim de utilizar o recurso no Cabanas, local onde estava ocorrendo uma “onda de crimes”, tanto que o posto foi definitivamente desativado em Passagem, a fim de utilizar os recursos disponíveis para áreas prioritárias; a Profª. Eliana opinou compreender a visão pelo ponto de vista da Segurança Pública, mas como moradora de Passagem, ficou insatisfeita. A Cap. Marta disse que o recurso disponível para atender à Sede e seus distritos, é precário. A Profª. Eliana reiterou o sentimento de segurança em ver a viatura disponível. O Vereador Fernando disse estarem aguardando a efetivação de trinta e quatro vagas pelo Estado e, quando efetivar, se conseguirão atender a um volume maior de demandas. A Cap. Marta disse que se conseguiu conter um pouco a ida de guardas para outros setores, estando alguns deles na Polícia Civil, outro na Delegacia e outro no Meio Ambiente, sendo que o ideal seria ter guardas presentes em todos os bairros e distritos, a fim de manter a sensação de segurança da população, mas os recursos humanos atuais têm uma grande dificuldade, pela extensão territorial da Cidade, que possui diversos problemas sociais, além do crescimento da população flutuante, sendo que ainda se conseguem manter os patrulhamentos. O Sr. Cristiano disse que a Polícia Civil atua após a ocorrência criminal, sendo essa investigativa e repressiva, de modo que, antes de ocorrer o crime, quem lida são a Polícia Militar e a Guarda Municipal e, após a ocorrência, a Civil investiga a autoria e natureza do crime, sendo que estão recebendo um volume muito grande de informação devido ao momento atual, sendo todas checadas; disse, ainda, que as duas frentes de prevenção possuem setor de inteligência, compartilhando informações entre si; disse que os estudantes em possibilidade de cometer atos de ameaça são conhecidos. A Dir. Carolina disse haver uma periculosidade maior de atentado por parte dos estudantes que de uma pessoa fora da comunidade escolar, com concordância do Sr. Cristiano. O Vereador Fernando disse que antigamente a escola era o complemento da educação e hoje ela é a educação, pois muitos alunos não a recebem em casa, com concordância da Cap. Marta, que disse que, quando a família e a escola falham, a responsabilidade recai sobre a segurança pública. O Vereador Pedro disse que a escola e a família devem funcionar em conjunto; disse que em conversa com a diretoria da escola do Alto do Rosário, essa o informou que a escola entra em contato com os responsáveis pelo aluno sempre que há algum evento, mas a devolutiva de bilhetes assinados é minoria, de modo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000  
www.camarademariana.mg.gov.br

que a maioria deles está desinteressada na vida escolar da criança. Disse que muitos alunos não comparecem às aulas, assim a escola envia comunicação aos responsáveis e, havendo o desinteresse, essa aciona o Conselho Tutelar, que visita a família a fim de verificar a situação; disse que a Casa, como agente político, deve trabalhar nisso, para saber se o Conselho Tutelar está trazendo resultados. O Vereador Fernando agradeceu a presença de todos e reiterou a reunião do dia dez de maio, no mesmo horário. **Palavra Livre. ENCERRAMENTO:** “Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do Povo Marianense”, o Vereador Fernando encerrou a reunião às vinte horas e vinte e sete minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**